

Discursos nas Políticas-Práticas Curriculares de Formação de Professores no Núcleo de Educação do Campo

Vanessa Azevedo Cabral da Silva – UFPE vanessaazevedocabral@gmail.com

Tamires Barros Veloso – UFPE tamiresbarros32@gmail.com

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida – UFPE nina.ataide@gmail.com

Resumo: Este texto objetiva identificar os discursos sobre as políticas-práticas curriculares de formação continuada de professores no Núcleo de Educação do Campo – NEC na Mata Sul de Pernambuco. Mobilizamos enquanto lentes teórico-metodológicas a Teoria do Discurso (TD) de Laclau e Mouffe (2000) que possibilitou caminhar na compreensão que as políticas resultam dos discursos que disputam a hegemonia, inclusive nos discursos locais, construindo práticas articulatórias discursivas que produzem sentidos nas ações/decisões de diversos sujeitos, chamamos esse movimento de políticas-práticas curriculares. Buscamos na GRE realizar entrevista aberta com a coordenadora do NEC. Em decorrência de nossa busca pelos dados atualizados acerca das escolas camponesas da Mata Sul, foi na possibilidade de abertura ao acontecimento que realizamos essa entrevista que teve os desdobramentos discutidos e com isso identificamos no discurso da coordenadora a preocupação com a formação dos professores da região da Mata Sul, mas que a produção de antagonismos por agendas partidárias com os gestores municipais negam uma política de formação continuada de professores que poderia colaborar com a Educação do Campo na região.

Palavras-chave: Políticas, Formação de Professores, Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho objetivamos identificar os discursos sobre as políticas-práticas curriculares de formação continuada de professores no Núcleo de Educação do Campo – NEC na Mata Sul de Pernambuco. As análises foram realizadas a partir da entrevista com a coordenadora do NEC da Gerência Regional de Educação (GRE) da Mata Sul de Pernambuco, mobilizando a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2000) para entender os conflitos existentes nas práticas articulatórias na construção dos discursos acerca da formação continuada de professores no eixo das políticas-práticas curriculares.

As políticas curriculares de formação de professores perpassam por vários agentes, o NEC, como espaço de atuação/decisão regional, articula formações para os docentes em serviço, mesmo que seu foco seja a Educação de Jovens e Adultos – EJA, a Coordenadora Geral em seu discurso aponta algumas relações envolvendo os anos iniciais do ensino fundamental em tentativas de articulação entre a GRE, através do NEC, com as secretarias de educação municipais.

Ao planejar algumas ações existe junto as secretarias municipais a mobilização das práticas curriculares, entendidas como espaço de disputa e produção de sentidos, ou seja tomamos esse espaço como produtor de políticas, demonstrando que não há um fechamento definitivo para as prescrições e por isso chamamos políticas-práticas curriculares, o que revela outras possibilidades de vivenciar os currículos e a formação de professores.

O embate simbólico, enfrentado pelo NEC, transparece nesse movimento de políticas-práticas com conflitos e influências dos discursos que disputam a hegemonia regional, e, que há nesses processos decisórios implicações sobre a formação dos professores e as políticas-práticas curriculares das escolas no campo.

HEGEMONIA E ANTAGONISMOS: A TEORIA DO DISCURSO COMO PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Mobilizamos enquanto lentes teórico-metodológicas a Teoria do Discurso (TD) de Laclau e Mouffe (2000) que nos ajuda a caminhar na compreensão que as políticas resultam dos discursos que disputam a hegemonia, e que esses discursos produtores de sentidos não estão fixos de uma vez por todas, pois “essa incompletude constitutiva do social é crucial para se compreender o funcionamento da lógica hegemônica” (Laclau, 2016, p. 78). Para compreender essa disputa por hegemonia e as articulações discursivas no movimento das políticas-práticas de formação de professores, movimentamos algumas categorias da TD junto aos discursos produzidos pela coordenadora do Núcleo de Educação do Campo (NEC) da Gerência Regional de Educação (GRE) da Mata Sul no interior de Pernambuco.

Nesse caminho, encontramos a categoria de hegemonia compreendendo que essa “é uma relação em que uma determinada identidade, num determinado contexto histórico discursivo, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos” (Mendonça, 2009, p. 159). A hegemonia que abordamos

nesta produção diz respeito às articulações discursivas, contingenciais, que produzem resultados e sentidos nas políticas.

As práticas articulatórias discursivas permeiam as relações sociais que envolvem as políticas educacionais, aqui especificamente as políticas curriculares de formação continuada de professores. Sendo constitutivas do social, as articulações que produzem/disputam hegemonia estão presentes nas decisões dos atores que recriam os textos prescritivos, extrapolando assim os sentidos estabilizados, parcialmente, e produzindo políticas-práticas curriculares no campo das suas atuações profissionais – isso envolve gestores, coordenadores, professores, alunos, e outros decisores/recriadores curriculares.

O campo da discursividade nos permite discutir em torno da categoria de articulação na Teoria do Discurso, expandido esse horizonte em que as políticas são produzidas apenas em contextos de influência global e nacional. A partir da parcialidade dos sentidos produzidos e como esses se constituem em pontos nodais que não estão fixados de uma vez por todas, justamente pela abertura de produção de sentidos em diversos contextos locais. Como afirmam Laclau e Mouffe (1987, p. 193) “[...] el carácter parcial de esa fijación procede de la apertura de lo social, resultante a su vez del constante desbordamiento de todo discurso por la infinitud del campo de la discursividad”.

Os movimentos discursivos se articulam, tanto para a produção da política como texto, como no movimento realizado pelos professores nas práticas curriculares, entendendo esses como sujeitos que são políticos e decisores (Sampaio & Leite, 2015). Para essa discussão em conjunto com sujeitos políticos que atuam em decisões locais, as noções das categorias de hegemonia, cadeias equivalenciais e antagonismos nos ajudam a compreender a construção discursiva da coordenadora do NEC.

Entendemos a partir dessas noções que os discursos produzidos pela coordenadora estão relacionados aos produzidos socialmente, seja em discursos hegemônicos nacionais, globais ou locais. Mas, seus discursos estão articulados as cadeias de equivalência que se formam em torno da disputa por hegemonia na formação de professores que atuam em escolas no campo, permeado pelas práticas articulatórias da secretaria estadual de educação e da própria GRE.

Compreendemos essas articulações como parciais, provisórias e contingenciais, acontecendo num contexto social e histórico que vai se recriando e formando cadeias de equivalência em contextos locais e demandas comuns em torno da Educação do Campo.

Nesse mesmo percursos se constituem os antagonismos, ou seja, identidades exteriores aos sentidos produzidos em seu interior, privilegiando diferentes configurações (Laclau & Mouffe, 1987) de currículo, formação de professores e práticas curriculares.

Nesse sentido, a categoria de antagonismo nos ajuda porque sem essa noção não é possível compreender a hegemonia, pois na medida em são introduzidas as contingências produzidas pelas relações de diferenças mostradas na impossibilidade de fixação última das equivalências (Araújo, 2020) podemos vislumbrar os movimentos antagônicos operados nas políticas-práticas de formação docente que são discutidas/decididas no NEC em colaboração ou em negação dos municípios da região da Mata Sul.

A contextualização desse campo de produções discursivas envolveu a mesorregião da Mata Sul no interior de Pernambuco que se caracteriza historicamente como um dos primeiros territórios de exploração de pau-brasil e, posteriormente, do plantio de cana-de-açúcar. Essa construção social possibilitou a amplitude do território campesino, mas também do crescente cenário de opressão com os trabalhadores e trabalhadoras do campo no corte de cana e nos trabalhos nas usinas.

As escolas dessa mesorregião estão caracterizadas em diferentes territórios geograficamente situados. Os territórios são chamados principalmente de engenhos, mas têm diversos tipos de produção e variam de acordo com cada comunidade, a economia gira em torno do plantio da cana-de-açúcar, mas também do plantio de banana, macaxeira, abacaxi, cará, entre outras culturas. Além de ter a presença abundante de rios, que colaboram com a fertilidade do solo, temos também, a agropecuária, principalmente pelas culturas citadas e a criação de gado.

Por sua historicidade, os municípios ainda nomeiam parte do território do campo como engenhos, apesar de terem outras maneiras de trabalho e organização social afastados das usinas. Mas, para além dos engenhos, existem no território: quilombos, assentamentos da reforma agrária, entre parcelas e fazendas. Como nossa pesquisa se direciona às escolas no campo dessa região, buscamos na GRE realizar uma entrevista aberta com a coordenadora do NEC.

Essa entrevista aconteceu no ano de 2019 em decorrência de nossa busca pelos dados atualizados acerca das escolas camponesas da Mata Sul, e a relação estabelecida entre a GRE e as secretarias municipais de educação junto aos professores de escolas camponesas, foi na

possibilidade de abertura ao acontecimento que realizamos essa conversa que teve os desdobramentos que discutimos mais adiante.

POLÍTICAS-PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CENÁRIO DE DISPUTAS EM TORNO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

As políticas curriculares de formação continuada de professores perpassam por diversos contextos de influência, desde a disputa por significação nas produções dos textos prescritivos, mas também pela ação de atores/decisores curriculares como gestores, coordenadores, professores e até agentes políticos como prefeitos, secretários e vereadores. Dessa forma, não podemos dizer que uma proposta curricular prescrita seja inteiramente seguida localmente, visto que nesses contextos são produzidas articulações discursivas e hegemonias em torno dos currículos locais.

Chamamos esses contextos de políticas-práticas curriculares, no sentido de que esses espaços da prática curricular de formação continuada de docentes estão interligadas aos projetos da política de formação de professores nacionalmente estabelecidas, mas não são apenas locais de reprodução das proposições decorrentes das prescrições hegemônicas, esses contextos produzem articulações discursivas que interpretam, recriam e são influenciadas por variadas demandas: formações, crenças, valores, princípios e visões de sociedade, presentes nas ações dos atores/decisores.

Diante disso, a TD ajuda a compreender os movimentos discursivos que perpassam todos os contextos sociais, e que esses não estão delimitados em decisões hierarquizadas, mas tornam-se híbridos – com influências globais e nacionais, mas também locais. Nesse cenário as políticas-práticas de formação continuada de professores veio por meio de forças de articulações discursivas sendo disputada em torno “do que” e “como” ensinar, ou seja, como na prática curricular docente o currículo deve ser materializado através da formação inicial e continuada dos professores.

As disputas se intensificam nas decisões das políticas-práticas curriculares locais, pois movimentos antagônicos disputam os sentidos da formação dos professores e do currículo, dessa maneira provocando o que Nóvoa (2017) afirma enquanto uma problemática política, não apenas com características técnica ou institucional. Essa discussão perpassa as temporalidades e historicidade da construção da profissão docente, o que se agrava quando em determinada articulação discursiva resulta numa identidade em que o sentido da profissão

docente é de professores como práticos, proposição que antagoniza aos projetos de formação e profissionalização docente de políticas-práticas curriculares com demandas que se alicerçam científica, filosófica e culturalmente.

Ao nos lançar no campo das pesquisas das políticas-práticas curriculares de formação continuada de docentes, entendemos essa como um espaço-tempo de materialização da política, mas também produtora de sentidos através dos atores/decisores que produzem articulações e cadeias equivalenciais, localmente. Essas articulações produzem, também, antagonismos que fazem com que as diferenças não cessem com o movimento das políticas-práticas curriculares.

Assim, os movimentos antagônicos mantêm as políticas-práticas curriculares em movimento, isso significa que “é a partir dessa dispersão de antagonismos e de diferentes demandas que se pode compreender os processos de articulação que acabam por hibridizar textos e discursos no sentido de fixar sentidos para as políticas curriculares” (Oliveira & Lopes, 2011, p. 33 – 34).

Pensando as práticas curriculares docentes como esse contexto de influência, decisão, interpretação e recriação das políticas de currículo é que caracterizamos essas como arena de produção política que disputa com projetos homogeneizadores, nesse sentido, as tentativas de políticas que controlem as ações dos professores e padronizem sua formação são as principais representações nos movimentos discursivos hegemônicos na atualidade.

Dessa maneira, as políticas-práticas curriculares fazem parte desse movimento discursivo, entretanto, dando espaço de discussão e influências heterogêneas nos processos de materialização dessas políticas curriculares prescritivas. Os contextos das políticas-práticas curriculares de formação continuada são perpassados por diversos atores/decisores curriculares, produzindo discursos que recriam as prescrições, mas não apenas, criam articulações que produzem sentidos locais sobre o que vem a ser escola, profissão docente, formação de professores e, especificamente nesta produção, em torno da docência na Educação do Campo.

É no contexto das políticas-práticas curriculares de formação continuada que se materializam sentidos que extrapolam as prescrições e antagonizam com algumas articulações discursivas hegemonicamente situadas de determinado grupo discursivo, dessa forma, “é neste contexto que as políticas são recriadas e continuam a sofrer influência de outros atores” (Gonçalves & Almeida 2019, p. 92). Em torno dessa discussão acerca das políticas-práticas

curriculares de formação continuada de professores, que atuam em escolas camponesas, que dialogamos com a coordenadora do NEC, enquanto atriz dessas políticas e articulada aos discursos produzidos localmente.

ANTAGONISMOS E DISPUTA POR HEGEMONIA NAS POLÍTICAS-PRÁTICAS CURRICULARES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Desenvolvemos as discussões a partir da entrevista com a coordenadora do Núcleo de Educação do Campo – NEC da Gerência Regional de Educação da Mata Sul – GRE/MATA SUL. Discutimos em torno das articulações discursivas que o Núcleo tem com os anos iniciais do ensino fundamental em escolas no campo junto aos municípios da região, para identificarmos os discursos sobre as políticas-práticas curriculares de formação continuada de professores no Núcleo de Educação do Campo – NEC na Mata Sul de Pernambuco.

O NEC como um núcleo articulador dos municípios, junto à secretaria de educação do estado de Pernambuco, é um dos marcos das conquistas da Educação do Campo como uma modalidade de ensino, que precisa ser pensada em suas especificidades regionais e locais, e fomentadas na adequação de um plano macro e micro organizacional (Lima, Costa & Pereira, 2017) que atenda às demandas curriculares e de formação inicial e continuada dos professores para esses espaços.

As políticas de formação de professores perpassam por vários órgãos públicos, o NEC, como espaço micro organizador regional, articula entre os municípios da Mata Sul pernambucana e o estado para que esses acessem as políticas, mesmo que seu foco seja a Educação de Jovens e Adultos – EJA, a Coordenadora Geral em seu discurso aponta para as ações pontuais que envolvem os anos iniciais.

Em relação à formação docente a coordenadora manifestou que poderia existir uma parceria entre estado e municípios, mas que por divergências partidárias muitos gestores municipais não solicitam os formadores da secretaria estadual de educação, ligados à secretaria de Educação do Campo do Estado.

[...] a educação do campo ela tem uma gerência né, lá na secretaria de educação, [...] formadores exclusivos para a educação do fundamental, de turmas seriadas e multisseriadas. Simplesmente o prefeito [...] firma com o estado que quer aquela equipe de formação no município e a contrapartida é só: o espaço para acontecer as formações, e o que é normal de uma formação, alimentação para os professores [...] (Coordenadora NEC, 2019).

Como apontado pela coordenadora, se faz presente a existência de antagonismos entre os discursos produzidos na região, acerca da formação dos professores. Existindo esse cenário conflituoso entre as demandas que podem ser atendidas através do núcleo e o discurso dos gestores municipais em manter o afastamento do NEC por questões partidárias.

Identificamos no discurso da coordenadora a preocupação com a formação dos professores da região da Mata Sul, mas os entraves com os gestores municipais negam essa política de formação de professores que poderia colaborar com a Educação do Campo na região.

Para você ter a noção de como ainda a gente não consegue avançar, porque dos setores da educação eu penso que a educação do campo é um dos mais carentes em termo de formações, então você tem uma equipe preparada, né, para fazer esses momentos, e os gestores não se mobilizam, aí fica uma educação solta (Coordenadora NEC, 2019).

Esses discursos remetem as políticas curriculares de formação de professores e da educação básica junto aos professores das escolas no campo. Apesar das tentativas de avanço no diálogo, os antagonismos produzidos por causa das políticas partidárias na região impedem que as políticas sejam articuladas às práticas docentes e se estabilizem em documentos normativos e orientadores.

Apesar dos entraves, a coordenadora mais adiante, demonstra que existem discussões com alguns coordenadores locais, situados em alguns dos 21 municípios assistidos pela Gerência Regional de Educação, mas que as discussões das políticas de formação e curriculares não avançam pois, no contexto da produção de documentos orientadores, eles não conseguem estabelecer uma relação dialógica com os gestores municipais.

Eu tenho coordenadores do campo que chega, a gente conversa, discute a política, muda calendário, né, a questão do calendário do campo [...] escrito mesmo a gente não consegue, porque o gestor ele não consegue avançar, ele não abre pro diálogo geral (Coordenadora NEC, 2019).

Nesse sentido, os limites se estabelecem na produção de documentos que contemplem a formação dos professores das escolas no campo e as políticas públicas para o atendimento dessa população. Esses impedimentos resultam da subalternização dos discursos por uma política de Educação do Campo que sistematiza e orienta as políticas-práticas curriculares adequadas ao meio, em detrimento de práticas que são oriundas da urbanização do currículo e da formação de professores.

As ações de reflexão e elaboração coletiva de políticas curriculares de formação de professores adequadas à regionalidade da Educação do Campo na Mata Sul pernambucana encontra limitações nos discursos hegemônicos que elaboram sentidos aos currículos para escolas urbanas e nas prescrições existentes.

Essa negação colabora com as inquietações da coordenação regional que estabelece relação mais estreita com a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Entretanto, esse antagonismo por parte dos gestores municipais afeta as relações com os professores da educação básica que atuam nos anos iniciais, em turmas multisseriadas, que poderiam acessar as discussões que estão permeando os currículos da Educação do Campo.

As demandas que são apresentadas pelos movimentos sociais por uma Educação do Campo adentram essas discussões na disputa pelos sentidos de escola, currículos com adequações macro e micro organizacionais (Lima, Costa, & Pereira, 2017) e formação de professores para/com/dos sujeitos do campo (Silva, 2006). Os sentidos, que se apresentam nos documentos e legislação da política educacional campesina discutem e exigem o atendimento a essas ações.

Dessa maneira, a articulação com a Educação Básica do/no Campo encontra entraves nos antagonismos socialmente construídos na região que advém da conservação do agronegócio que favorece a manutenção dos poderes políticos regionais. Os discursos por uma Educação do Campo permanecem na luta por construir significação nas políticas-práticas curriculares de formação de professores.

CONCLUSÕES

Ao analisarmos os discursos sobre as políticas-práticas curriculares de formação continuada de professores a partir de uma entrevista aberta com a coordenadora do Núcleo de Educação do Campo da Gerência Regional de Educação da Mata Sul, no interior de Pernambuco, identificamos que os antagonismos existentes produzem tensões e disputas em torno da formação docente para atuar nesses espaços.

Vislumbramos, à luz da Teoria do Discurso, que apesar de hegemonicamente a política de Educação do Campo se estabelecer enquanto modalidade e avançar ao ponto de ter um núcleo específico dentro das regionais de educação, os antagonismos causados pelas

demandas partidárias causam entraves que limitam as prescrições específicas para professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas camponesas.

Assim, as políticas-práticas curriculares de formação continuada de professores, de escolas no campo, vão sendo disputadas e influenciadas por demandas globais, nacionais, mas também locais, produzindo movimentos de práticas articulatórias em torno de hegemonizar os sentidos de formação, escola, e nesta produção especificamente sobre docência em escolas no campo.

REFERÊNCIAS

- Araújo, K. C. L. C. de. (2019). Teoria do Discurso: possibilidades de análise dos sentidos da docência na política curricular (1996-2006). *Simbiótica. Revista Eletrônica*, 6(1), 46–73.
- Gonçalves, Crislainy de Lira; Almeida, Lucinalva Andrade Ataíde de. Contextos de influências atuantes no desenvolvimento da profissionalidade e do profissionalismo dos professores. *Educação*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 85-95, jan/abr 2019.
- Laclau, E.; Mouffe, C. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Letra e, 1987.
- Laclau, E.; Mouffe, C. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000. pp. 111-145.
- Laclau, Ernesto. Desconstrução, Pragmatismo e Hegemonia. In: MOUFFE, Chantal (Org.). *Desconstrução e Pragmatismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 77-106.
- Lima, M. A. de; Costa, F. J. F.; Pereira, K. R. C. EDUCAÇÃO DO CAMPO, ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E CURRÍCULO: um olhar sobre a singularidade do campo brasileiro. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.15, n.4, out./dez.2017, pp. 1127 – 1151.
- Mendonça, Daniel. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Revista brasileira de ciência política*. n. 1, Brasília, jan/jun 2009, p. 153-169.
- Nóvoa, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 166, p. 1106-1133 out/nov 2017.
- Oliveira, Ana de; Lopes, Alice Casimiro. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. *Cadernos de Educação*, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas n. 38, p. 19 - 41, jan/abr 2011.
- Sampaio, Marta; Leite, Carlinda. A territorialização das políticas educativas e a justiça curricular: o caso TEIP em Portugal. *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 3, p. 715-740, set./dez. 2015.

Silva, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: Molina, Mônica C. *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, pp. 60-93.